

## ***A morte é um espetáculo midiático***

(23.10.2008)

Dizem os mais experientes que o uso da palavra “nunca” tem um viés de periculosidade. Mesmo concordando com a tese, vejo-me no direito de usar a palavra “nunca” pelo menos uma vez. Nunca noticiei sequestro. E se deixei de fazê-lo, é porque entendo que um criminoso, especialmente dessa natureza, não merece ocupar a mídia. O máximo que fiz foi, muito a contragosto, noticiar o fim de um sequestro.

Proporcionar a um seqüestrador excesso de exposição na mídia não apenas dificulta a negociação, mas incentiva a prática de um crime de hediondez inenarrável. Diante deste pensamento, cabe-me a responsabilidade de comentar o crime de cárcere privado cometido na periferia de Santo André, no ABC paulista.

Cansada das notícias das últimas semanas, a imprensa tupiniquim carecia de um fato novo. Noticiar repetidamente os reflexos da crise financeira internacional e a troca de farpas entre Marta Suplicy e Gilberto Kassab era uma tarefa inglória e estafante. Algo precisava acontecer para interromper o continuísmo da notícia. E coube a Lindemberg Alves proporcionar esse interregno noticioso.

Enquanto o “sequestro” – utilizo as aspas porque, como citei, o caso é de cárcere privado – estava em andamento, rendendo pontos de audiência às emissoras de televisão que dedicam parte do tempo a programas policiaiscos, todos os que se empenharam, durante mais de cem horas, na busca de uma solução supostamente pacífica eram do melhor e maior naipe. Não faltaram elogios, durante o desenrolar das negociações, aos policiais militares do Gate.

O direito à informação é prerrogativa constitucional, desde que o acesso à mesma não coloque em risco a vida de uma pessoa. Televisão é um negócio, milionário, diga-se de passagem, e a briga por um mísero ponto de audiência significa alguns punhados de dinheiro a mais nos cofres da emissora que patrocina um furo de reportagem. Mas há nessa seara algo constantemente esquecido. A ética.

O que deve ser noticiado e o que não deve? É a velha teoria shakespeariana do “ser ou não ser, eis a questão”.

A resposta está no conceito de ética que cada um carrega dentro de si. Os defensores da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do jornalismo sempre se agarram à falta de

ética dos não diplomados. Dizem os “encanudados” que a ética profissional só é garantida pelo banco da escola. Ética é uma coisa só, sem derivações. Ética é ética e ponto final. É algo que se traz do berço, que não se aprende na escola e tampouco se compra no boteco da esquina. E o que se viu na imprensa nos últimos dias comprova a tese da ética ser algo de nascença.

Por trás de cada entrevista concedida pelo seqüestrador existiu um acordo espúrio entre os veículos de comunicação e os defensores do criminoso. Houve um escambo entre as duas partes. O seqüestrador falava à vontade a quem quisesse ouvi-lo e as emissoras o transformavam em anjo barroco perturbado emocionalmente. Essa troca colocou os veículos de comunicação em destaque e, de quebra, poderia facilitar a defesa do seqüestrador. Foi um show de falta de ética.

Muitos dos artífices desse conluio criminoso, que no primeiro momento tentou minimizar a culpa de Lindemberg, são os mesmos que condenaram, antecipadamente, o casal Alexandre Nardoni e Ana Jatobá. É cláusula pétrea da Constituição Federal a presunção da inocência, mas isso pouco importa quando está em jogo um ponto a mais na audiência. Nardoni e Jatobá chegaram à Justiça já condenados pela opinião pública, como sempre manipulada pela irresponsabilidade de boa parte da imprensa. Quem trabalha de maneira séria e coerente com informações jornalísticas sabe exatamente o que foi imposto ao casal acusado de matar a menina Isabella Nardoni. Não se trata de inocentá-los, mas apenas de seguir o que determina a lei.

Lindemberg Alves é dono de personalidade cruel e psicótica, o que a Polícia Militar paulista soube desde os primeiros minutos do sequestro. Só não o tratou da maneira adequada porque a imprensa se achou no direito de atrapalhar as negociações. Enquanto os policiais cercavam o prédio onde ocorria o sequestro, a imprensa tratava de informar o seqüestrador sobre tudo o que acontecia fora do apartamento. Até mesmo imagens da central de negociação, montada em uma escola anexa, foram levadas ao ar. A PM errou enormemente ao não ampliar, com a máxima largueza possível, a área de isolamento. Tivesse agido assim, a imprensa jamais teria registrado qualquer imagem do entorno do humilde prédio da periferia de Santo André. Errou também ao não impor limites à imprensa. Os pontos de audiência de algumas emissoras custaram a vida de uma jovem de quinze anos. Uma coisa é liberdade de imprensa, outra é turbinar a insanidade de um assassino psicótico.

A vida do ser humano é formada por setênios (períodos de sete anos), sendo que o mais importante, o primeiro, é ocupado pela formação da personalidade do indivíduo. Daí por diante, outros fatores serão agregados à vida de cada um, sempre respeitando a cronologia setenial. Lindemberg acaba de ingressar no quarto estágio da vida (tem 22 anos), mas suas ações e reações foram típicas de quem passou por desarranjos existenciais no primeiro setênio. Ter sido abandonado pelo pai, ainda criança, fez com que Lindemberg se transformasse em um indivíduo de oxímoros comportamentais.

Entrevistado por fulano, sicrano e beltrano, o seqüestrador alcançou muito mais do que os sacros quinze minutos de fama, um dia profetizados pelo artista plástico pop Andy Warhol. O bom e trabalhador rapaz, com alma facinorosa, foi transformado em celebridade do crime pela imprensa nacional. Entre dizer que era “príncipe do gueto” e matar a jovem Eloá, o seqüestrador mostrou ter

personalidade de esfinge. O crime, planejado antecipada e detalhadamente, foi resultado da parte humana da esfinge: a cabeça. O frio assassinato da ex-namorada foi obra de sua porção animal.

Nesse emaranhado de erros e incursões irresponsáveis, merece destaque a participação de um representante do Ministério Público, que garantiu, em documento de próprio punho, a integridade física de Lindemberg. Garantir a integridade física e moral de um criminoso é obrigação do Estado. Garantia que está nas leis e independe de um documento que serviu apenas como ingrediente extra de uma negociação mal conduzida e fracassada. Mas a tal garantia, ao que parece, só valeu durante a negociação. Flagrado por câmeras indiscretas após ser preso, o seqüestrador já apresentava marcas de agressão na face. Onde foi parar aquele promotor?

A excessiva cobertura da imprensa despertou no trio enclausurado a falsa sensação da fama. Vez por outra um deles estava na TV. Por mais que o momento fosse de tensão, eles – Lindeberg, Eloá e Nayara – podem ter gostado da brincadeira. A prova disso é que, após surgir na telinha, o seqüestrador mudou o linguajar. Adotou o “malandrês”. E o “mano” e o “tá ligado” entraram em cena. Nem de longe é possível afirmar que seqüestrador e seqüestradas estavam naquele apartamento por opção, mas a demora na solução do caso tem sua porção inexplicável.

Para quem acompanhou o dantesco episódio pela TV ou do lado de fora do conjunto habitacional, o ápice da incompreensão ocorreu por ocasião do retorno da jovem Nayara ao cativo. Primeiro é preciso entender o porquê de se acompanhar tragédias. O ser humano se alimenta do calvário alheio. Faz do sofrimento de um desconhecido uma espécie de anestésico para as agruras da própria vida. E é nessa roda-viva que todos, sem exceção, estamos inseridos. Com mais ou menos intensidade, mas todos juntos.

Retomando o retorno de Nayara ao cativo, naquele momento a imprensa sensacionalista tentou transformar uma ação criminosa com imprevisibilidades em conto de Romeu e Julieta às avessas e truculento, com testemunha. Inventaram, então, a absurda tese do sequestro passional. Essa tipificação criminal inexiste no Direito, mas a população passou a acreditar na hipótese parida pela imprensa. Com direito, inclusive, a esdrúxulos cálculos de pena, proferidos nas rabularias que normalmente marcam as ações criminosas como a que teve lugar em Santo André.

A capacidade de adaptação do ser humano é muitas vezes meteórica, mas no caso de Nayara o tempo foi exíguo para que a jovem tivesse se acostumado com a idéia de viver prisioneira. No contraponto, não se deve abandonar a hipótese de a jovem ter sido acometida pela síndrome de Estocolmo, em que a vítima acaba de alguma maneira se identificando com o próprio algoz. Muitos alegaram excesso de amizade e companheirismo entre ambas as jovens, mas ninguém, no pleno exercício da razão, retorna ao cativo.

Encerrado o primeiro e longo episódio do drama de Santo André, a imprensa precisava dar continuidade ao caso que interrompeu a dualidade noticiosa dos dias que antecederam o crime. No rastro da necessidade de esticar a manchete surgiram os especialistas da mídia. Com o seqüestrador preso, a única saída foi colocar os policiais militares do Gate na alça de mira da imprensa. Apostas,

“achismos”, conjecturas, ilações, informações supostamente privilegiadas e outros que tais surgiram como receita para manter as reticências do sequestro em voga. E rendendo mais alguns milionários pontos de audiência.

Em situações como a que o Brasil ora presencia, sempre há um alarife que se sobressai. E o espertalhão da vez – e de outras tantas também – agora se esforça para levar ao patíbulo da verdade (sic) a Polícia Militar. A PM cometeu erros, sim, muitos deles primários, outros imperdoáveis. Fosse a vítima fatal desse macabro episódio o seqüestrador, os policiais teriam assassinado um trabalhador apaixonado, mas fora de controle. Pelo menos foi assim que a imprensa o vendeu para a população. O seqüestrador está vivo, mas preso. E por isso não fala. Não falando, as notícias sobre o episódio serão cada vez mais raras. Diante desse labirinto, o melhor negócio é substituir o culpado.

Aqui faço uma pausa para, voltando no tempo, relatar um episódio deplorável. No centro velho de São Paulo, a 1ª Delegacia de Polícia da cidade é palco de um espetáculo de ausência de ética. Estreante na profissão, um repórter adentra ao recinto em busca de notícias. E pergunta, com peculiar desfaçatez, a um investigador: “Vocês vão matar alguém hoje? Preciso urgentemente de uma manchete”.

O que parece uma enorme loucura é a mais triste realidade de um passado não tão distante. Alguém torcendo pela morte de um terceiro para que o assunto renda uma boa manchete. Os que costumeiramente me contestam dirão que estou mentindo, mas há testemunhas. E das boas. Esse é o perfil ético de quem hoje comanda o massacre dos policiais que atuaram no caso de Santo André. O faz com desfaçatez desenvolta porque jamais soube o que é ética. Transita entre os colegas de profissão como se fosse um Midas da notícia.

O que está em discussão atualmente na mídia é se a invasão do cativado ocorreu antes ou depois de um tiro disparado pelo seqüestrador. É o tipo de detalhe que pouco importa se analisado o fato de que estava em curso um crime dos mais deploráveis. A invasão pode não ter ocorrido da maneira mais adequada, mas era necessária.

Com a repercussão do caso na imprensa, alguns depoimentos começam a ganhar contornos de dualidade. Seqüestrador, vítimas e negociadores se contradizem a todo o momento. Tudo porque cada parte tem um interesse específico no desdobramento desse trágico episódio. Aquela situação pífia de lamber a tela da tragédia já passou, mas para manter a audiência será preciso tergiversar sobre o imponderável. E isso a imprensa faz com maestria, pois reconstruir a verdade tornou-se o mais rentável dos ofícios.

No rastro da profecia de Farokh Bommi Bulsara, o Freddie Mercury – “The show must go on” (o show precisa continuar), a condenação do pai da jovem assassinada certamente permitirá o prolongamento da especulação. Eloá não morreu por conta dos antecedentes criminais do pai, mas porque cresceu sem limites e à sombra de uma história mal contada. Procurados pela Justiça há aos borbotões pelo Brasil afora. Porém, na fatídica telinha e nas lamacentas páginas dos jornais só há espaço para verdades distorcidas. Só assim a sanha do “pão e circo” se perpetua em nossa querida e amada Botocúndia.

Cedo ou tarde, o ex-cabo da PM alagoana, pai de Eloá, será preso e também deixará de dar entrevistas aos jornalões e programas popularescos. Então, nesse exato ponto futuro, tomará a rédea dessa fábula dantesca a possível indenização que será cobrada do governo paulista pela jovem Nayara, que voltou ao cativoiro sabe-se lá por qual razão. Um aceno de pedido de indenização já ocorreu, mas por precaução houve um recuo estratégico. Daqui para frente, toda e qualquer ação de cada um dos partícipes desse drama será premeditada e ensaiada, como se fosse um espetáculo teatral.

O fato é que a morte, não é de hoje, transformou-se em um vexatório espetáculo midiático que, entre tantas coisas, rende bons tostões para muitos. Querendo ou não, a imprensa teve participação no trágico desfecho do sequestro, cujo lado bom foi salvar a vida de oito pessoas transplantadas.

ATENÇÃO: O inteiro teor do site ([www.uchohaddad.com.br](http://www.uchohaddad.com.br)) e a obra aqui reproduzida estão sob a proteção da Lei de Direitos Autorais.

Todos os direitos reservados - Copyright © 2013 - Ucho Haddad